



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150382 - CE (2021/0219238-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : FRANCISCO ELMO DOS SANTOS FERNANDES
ADVOGADOS : MANOEL ABILIO LOPES - CE029431
JOSY STEPHANY DA SILVA QUEIROZ - CE043460
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : FRANCISCO CRISTIANO DE LIMA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FRANCISCO ELMO DOS SANTOS FERNANDES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0627475-05.2021.8.06.0000).

O recorrente "foi condenado a uma pena unificada de 12 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pelo cometimento dois crimes de roubo qualificado (art. 157, § 2.º, inciso II, do Código de Processo Penal)" (fl. 63).

Sustenta que, apesar da concessão de ordem de ofício para que fosse avaliado seu direito à progressão de regime, a determinação exarada pelo tribunal, por duas vezes, não surtiu efeito, porquanto não cumprida pelo juízo da execução.

A propósito, consigna (fl. 81):

Contudo, conforme já amplamente argumentado no presente recurso, tal determinação já foi realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, não somente uma, mas duas vezes, não tendo surtido qualquer efeito no caso concreto, razão pela qual a defesa vem, como última medida, solicitar que esta Corte tome as providências cabíveis para fazer cessar o constrangimento ilegal que sofre o paciente, de forma imediata e efetiva.

Repise-se: não se está a questionar a existência ou não de constrangimento ilegal, posto que este já foi fartamente reconhecido pelo TJCE quando do julgamento do Habeas Corpus.

Está-se, portanto, a solicitar que haja uma compatibilidade entre a decisão tomada e a medida a ser aplicada, para que esta venha de fato a garantir o direito do paciente, e não somente tratar-se de letra da Lei morta.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que "determinada a concessão da liberdade em favor do paciente" (fl. 82).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Tendo em vista que por duas vezes o tribunal determinou ao juízo da execução a análise do pedido de progressão de regime, mantendo-se inerte até a presente data, solicitem-se informações ao referido juízo quanto ao andamento do processo e dos requerimentos feitos, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente